

# A Revolução Bolivariana da Venezuela

Dr. Haroldo A. Trinkunas

**E**M NENHUM momento na história das relações entre os Estados Unidos e a Venezuela existiram tantas tensões como na atualidade. Alguns integrantes do governo norte-americano consideram que o Presidente Hugo Chávez Frias não está disposto a cooperar na política regional dos EUA relacionada ao combate ao narcotráfico, ao livre comércio e ao apoio da democracia. A aliança venezuelana com Cuba de Fidel Castro, sua oposição ao Plano Colômbia e sua aparente simpatia pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e outras organizações radicais exacerbam ainda mais esse relacionamento. Por sua vez, os líderes venezuelanos da administração Chávez consideram os EUA fundamentalmente opostos ao êxito da revolução bolivariana e, sem dúvida, acreditam que o papel hegemônico norte-americano na ordem mundial deve ser analisado detalhadamente. Embora autoridades dos dois países manifestem ocasionalmente a esperança de uma melhora nas relações, dificilmente isso acontecerá devido às percepções atuais que os legisladores de política externa de cada país têm em relação ao outro.<sup>1</sup>

Desde sua eleição para presidente em 1998, Hugo Chávez vem introduzindo, à força, uma transformação no governo e na sociedade venezuelanos, a qual chamou de revolução bolivariana. Essa revolução baseia-se na interpretação do Presidente Chávez sobre os pensamentos dos fundadores da Venezuela, Simon Bolívar e Simon Rodríguez. Ela justifica um governo populista e, às vezes, autoritário, a integração das forças armadas na política interna e a concentração do emprego dos recursos

estatais para servir os cidadãos mais pobres, ou seja os principais eleitores do Presidente.

A revolução bolivariana produziu uma nova constituição, uma nova legislatura, um novo supremo tribunal de justiça e novas autoridades eleitorais. Além disso, saneou as Forças Armadas venezuelanas e as indústrias petrolíferas nacionais. Todas essas reformas consolidaram a autoridade interna do Presidente Chávez, mas geraram uma forte oposição interna no país, incluindo um malogrado golpe de estado em 2002. Ratificada a sua vitória, por meio de um referendo presidencial no verão de 2004, o Presidente Chávez consolidou seu controle sobre o país com grandes possibilidades de ser reeleito em 2006.

Embora a orientação da revolução bolivariana baseie-se principalmente nas políticas internas, há também um componente importante na política externa. Pode-se dizer que a política externa bolivariana adotada por Chávez procura defender a revolução na Venezuela, promover uma liderança soberana e autônoma do país na América Latina, opor-se à globalização e às políticas econômicas neoliberais e trabalhar para o surgimento de um mundo multipolar, interrompendo a hegemonia dos EUA.<sup>2</sup> A revolução também se opõe à guerra no Iraque e não acredita na guerra mundial contra o terrorismo. Os EUA e a Venezuela já cooperaram mútua e produtivamente, quando havia uma política externa independente, mas as últimas três políticas venezuelanas contradizem diretamente os interesses da política externa norte-americana e inevitavelmente geram tensão entre os dois países.<sup>3</sup>

No entanto, é difícil evitar a tradicional parceria econômica e política entre a Venezuela e os EUA em consequência da geopolítica do petróleo. Os norte-americanos são os consumidores mais importantes do maior produto de exportação venezuelano — o petróleo. Como

---

As opiniões expressas neste artigo pertencem unicamente ao autor e não representam a opinião oficial do Exército dos EUA, nem do Departamento de Defesa, nem de qualquer outro órgão governamental dos EUA.—Nota da Editoria Brasileira

mercado, os EUA apresentam importantes vantagens para a Venezuela, seja pela proximidade geográfica, pelo baixo preço de transporte e pela demanda constante e cada vez maior de energia. O acesso a grandes quantidades de depósitos petrolíferos venezuelanos por curtas e seguras rotas marítimas de transporte é, sem dúvida, uma vantagem estratégica para os EUA. Devemos também destacar que os EUA e a Venezuela tiveram sistemas políticos semelhantes após a democratização da Venezuela em 1958, principalmente porque o resto da América Latina não se afastou do autoritarismo até as décadas de 80 e 90.

Contudo, sempre houve certa fricção entre os dois países na política comercial, nos direitos humanos e nas políticas regionais. Hoje, a diferença, cada vez mais acentuada, entre a política externa do bolivarismo venezuelano e a norte-americana reside precisamente nas áreas que antes uniam os dois países: petróleo e democracia.

A Venezuela vem demonstrando gradualmente uma ambivalência sobre o seu importante papel como principal supridor de petróleo para os Estados Unidos, tanto para reafirmar a importância do mercado norte-americano, quanto para ameaçar a exportação do petróleo como uma estratégia contra as políticas norte-americanas. O Presidente Chávez revigorou a OPEP, que parecia em extinção durante a década de 90 e, procurou construir laços diretos com outros produtores de petróleo não-ligados à OPEP, como a Rússia e mercados novos, tais como a China.

Justamente agora, quando a administração do Presidente Bush começa a manifestar, com maior intensidade, sua política de democratização global, nenhum dos dois países concorda com a filosofia do outro. Progressivamente, a Venezuela é a favor de uma forma alternativa de democracia participativa que enfatiza a mobilização em massa e reduz o papel das instituições. Ela considera o apoio norte-americano para uma democracia representativa na América Latina como uma forma de intervenção disfarçada no hemisfério.

Até que ponto a política bolivariana representa uma ruptura histórica com o passado? Ela ameaça os interesses norte-americanos? De certo modo, a fricção atual entre os dois países é uma repetição dos antigos desacordos sobre o petróleo e a democracia. A novidade da política externa bolivariana é ir muito além dos esforços tradicionais de manter uma política externa independente e maximizar a renda do petróleo, buscando aliados para desafiar o poder e a influência norte-americana na América Latina. Segundo a perspectiva dos formuladores da política norte-americana, talvez essa meta não seja viável para um país com os recursos e poderes limitados da Venezuela. No entanto, essa é a essência principal da política externa bolivariana atual.

## Cooperação e Conflito

A verdadeira importância estratégica da Venezuela para os EUA emergiu só depois do descobrimento de enormes jazidas de petróleo naquele país em 1914. Até certo modo, os EUA estiveram presentes no momento da criação da indústria petrolífera venezuelana. As companhias petrolíferas norte-americanas e a *Royal Dutch Shell Corporation* criaram a infra-estrutura física para que a Venezuela se convertesse no maior exportador de petróleo no Hemisfério Ocidental. Elas também tiveram uma importante influência na formulação das leis petrolíferas na Venezuela e no papel que este recurso natural teria em suas políticas. A importância estratégica do petróleo venezuelano para os Estados Unidos foi confirmada durante a II Guerra Mundial e reconfirmada várias vezes durante cada crise política ou militar durante a Guerra Fria.

Apesar desses (ou talvez devido a esses) vínculos íntimos havia fricção entre a Venezuela e os EUA. O governo norte-americano apóia uma indústria petrolífera privada na Venezuela, liderada por corporações internacionais. O governo local, por outro lado, prefere as políticas que maximizem o controle nacional sobre estes recursos estratégicos. No início dos anos 40, os governos democráticos venezuelanos tentaram obter uma percentagem maior dos benefícios do petróleo, inicialmente por meio de royalties e impostos mais elevados, mas posteriormente adotaram o controle estatal sobre aquela indústria. A Venezuela também tentou promover suas opiniões a respeito da importância do controle nacional da produção de petróleo nos países em vias de desenvolvimento, valendo-se da sua condição de líder na criação da OPEP.<sup>4</sup>

Graças às negociações de ambos os governos, os desacordos sobre as políticas petrolíferas sempre foram resolvidos pacificamente. A Venezuela adquiriu uma reputação como um abastecedor confiável de petróleo para o mercado norte-americano, particularmente nos momentos de crises internacionais. Pela perspectiva venezuelana, perdeu-se uma oportunidade histórica, pois os EUA nunca demonstraram interesse na institucionalização de um relacionamento especial entre os dois países, no que concerne ao petróleo. Os venezuelanos culpavam as companhias petrolíferas norte-americanas pela sua oposição a tal procedimento.<sup>5</sup>

A riqueza gerada pelo petróleo durante a década de 70 permitiu à Venezuela seguir uma política externa mais enérgica, que irritava freqüentemente os EUA. Seu papel na criação e liderança da OPEP proporcionou-lhe uma nova proeminência durante as crises do petróleo dessa época. O Presidente Carlos Andrés Pérez (1974-1979) promoveu um papel de liderança no movimento não-alinhado, freqüentemente crítico para as políticas norte-americanas.

Em 1974, a Venezuela restabeleceu relações diplomáticas com Cuba.<sup>6</sup> O apoio da Venezuela para derrubar o regime de Anastácio Somoza na Nicarágua em 1979 demonstrou sua predisposição de subverter ativamente os governos considerados aliados dos EUA. Durante a década de 80, valendo-se de sua liderança no grupo *Contadora*, a Venezuela também tentou conter e modificar as políticas norte-americanas relacionadas à América Central, promovendo o aumento da confiança e as negociações regionais de paz como alternativas à postura norte-americana de maior confrontação à Nicarágua e Cuba.<sup>7</sup>

Certamente, a influência da Venezuela na região, especialmente quando protegida pela abundância de petrodólares, frustrou ocasionalmente os objetivos norte-americanos. Todavia isso não impediu a freqüente cooperação entre os dois países. Após a transição democrática de 1958 e por motivos pragmáticos e ideológicos, os líderes políticos venezuelanos estavam firmemente convencidos da importância em apoiar os governos da região que tinham idéias afins e que se opunham ao modelo cubano. Durante os anos 60, as administrações de Kennedy e Johnson cooperaram para derrotar uma insurgência apoiada por Cuba no território venezuelano. Graças a essa experiência, os militares dos EUA e da Venezuela formaram fortes vínculos de mútua segurança e defesa.

O primeiro líder venezuelano do período democrático, Rómulo Betancourt, promulgou a doutrina de não-reconhecimento de nenhuma ditadura, de direita ou esquerda, nas Américas. Os EUA não estavam dispostos a tomar este passo já que consideravam as ditaduras da direita como aliados estratégicos na Guerra Fria.<sup>8</sup> Durante a década de 80, a Venezuela e os EUA estiveram de acordo sobre a situação em El Salvador, quando ambos proporcionaram apoio político ao governo cristão-democrático do Presidente José Duarte.

Em 1990, após o regime sandinista na Nicarágua, a Venezuela também proporcionou apoio financeiro e militar ao governo de Violeta Chamorro.

Reveste-se ainda de maior importância, o fato de os EUA terem cooperado com os líderes políticos nacionais para garantir a continuidade de um governo venezuelano representativo, após as tentativas de golpes de estado em 1992.<sup>9</sup>

Até 1998, os líderes dos EUA e da Venezuela entendiam que tinham interesses econômicos comuns e importantes, os quais exigiam a manutenção de um relacionamento bilateral geralmente positivo. Além disso, os dois países tinham democracias que valorizavam a liberdade individual, situando-os no mesmo lado durante a Guerra Fria. Nesse período, a Venezuela tentou manter essencialmente uma política autônoma e soberana, promover os governos democráticos na região com idéias

afins e moderar a política externa norte-americana para América Latina. Entretanto, a Venezuela teve cuidado em evitar um confronto direto com os interesses principais da política externa norte-americana.

### Política Externa Bolivariana

Atualmente, o afastamento existente nas relações bilaterais entre os EUA e a Venezuela é maior do que qualquer abismo havido entre os dois países durante o século XX. Mesmo em um nível superficial, o tom dos intercâmbios atuais entre os dois governos é freqüentemente antipático, individualizado e caracterizado pelo emprego de uma linguagem depreciatória. Toda esta situação não pode ser atribuída unicamente à política norte-americana diri-

*Pode-se dizer que a política externa bolivariana adotada por Chávez procura defender a revolução na Venezuela, promover uma liderança soberana e autônoma do país na América Latina, opor-se à globalização e às políticas econômicas neoliberais e trabalhar para o surgimento de um mundo multipolar, interrompendo a hegemonia dos EUA.*

gida à Venezuela ou à América Latina, que se diferencia apenas um pouco dos parâmetros estabelecidos pelos EUA durante a década de 90.<sup>10</sup>

A essência da política norte-americana para a região é promover eleições, mercados e comércios livres. A tendência constante de serem eleitos governos de centro-esquerda na América Latina produziu pouca reação da Administração Bush, além de expressar a boa vontade para formar relações amistosas de trabalho e, ao mesmo tempo, apoiar as políticas básicas para promover eleições, mercados e comércios livres.<sup>11</sup> Até a maior vontade da administração Bush de empregar força militar em apoio à sua política externa e a favor da Guerra Global contra o Terrorismo não foi vista como uma política diferente para a América Latina.

O crescente envolvimento dos EUA na Colômbia representa somente uma continuação da tendência estabelecida muito antes das eleições norte-americanas de 2000. Na realidade, a grande redução no emprego da força norte-americana na região desde o final da Guerra Fria é notável se lembrarmos os esforços anteriores dos EUA durante a década de 80 em Granada, América Central e Panamá.<sup>12</sup>

A mudança nas relações externas venezuelanas, a partir da eleição do Presidente Chávez, particularmente sua crescente aproximação com os tradicionais adversários dos EUA, como Cuba e o Irã, e com futuras ameaças potenciais como a Rússia e a China preocupam os que

dirigem e formulam a política externa dos EUA. Simultaneamente, a administração de Chávez está completamente convencida de que os EUA são hostis ao êxito de sua revolução e evidência, corretamente ou não, a tentativa do golpe de estado em abril de 2002 e as previsões norte-americanas sobre a sua sobrevivência.<sup>13</sup> Essa convicção dá por resolvida a questão de quais são as realizações concretas da política externa bolivariana da Venezuela e são elas a razão da distância, cada vez maior, entre os dois países?

O primeiro e bem-sucedido objetivo da política externa do Presidente Chávez foi revitalizar a OPEP, embora seu governo também tenha se beneficiado com as exigências petrolíferas da China, Índia e do mundo ocidental. Isto

*Após a transição democrática de 1958 e por motivos pragmáticos e ideológicos, os líderes políticos venezuelanos estavam firmemente convencidos da importância em apoiar os governos da região que tinham idéias afins e que se opunham ao modelo cubano. Durante os anos 60, as administrações de Kennedy e Johnson cooperaram para derrotar uma insurgência apoiada por Cuba no território venezuelano. Graças a essa experiência, os militares dos EUA e da Venezuela formaram fortes vínculos de mútua segurança e defesa.*

representa um retorno à política venezuelana de grande apoio à OPEP na década de 70. O Presidente Chávez entrou em contato com todos os outros membros da OPEP, sem importar suas políticas, assim como também com os regimes menos favoritos de Washington, como a Líbia, o Irã e o Iraque (antes da queda da ditadura de Hussein).<sup>14</sup>

Chávez investiu uma grande quantidade de tempo na formação de um relacionamento com a Rússia e a China. Com a Rússia em virtude de sua importante capacidade de produção de petróleo e, com a China por ser considerada um principal consumidor potencial das exportações venezuelanas. Além do petróleo, esses dois países são parceiros importantes da política externa bolivariana da Venezuela porque representam fontes alternativas de tecnologia e equipamento militar e cujas decisões de cooperar com o Presidente Chávez não serão provavelmente influenciadas pelos EUA. O objetivo lógico dessa política é reduzir a dependência política, econômica e militar venezuelana dos EUA. Devemos lembrar que será difícil para a Venezuela romper sua conexão com o mercado petrolífero norte-americano, porque quase todas as refinarias de petróleo existentes, mais capazes de pro-

cessar este tipo particular de petróleo azedo (bruto com alto conteúdo de enxofre) e bruto pesados da Venezuela, estão localizadas nos EUA.<sup>15</sup>

Na América Latina, a Venezuela tentou alcançar uma posição de liderança e conseguir apoio para as políticas e instituições que não incluem os EUA. Um tema particular de conflito tem sido a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) apoiada pelos EUA, contra a qual o Presidente Chávez propôs a Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA). Ele também propôs uma aliança entre as companhias estatais de petróleo na América Latina, denominada de Petrosur, para promover a integração regional mais forte no setor da energia.<sup>16</sup> Similarmente, durante a reunião hemisférica dos ministérios de defesa no ano 2000, a administração de Chávez propôs a integração dos militares da América Latina e a criação de uma aliança regional de defesa sem a participação dos EUA. Estas propostas enquadram-se dentro do tema bolivariano de integração regional e da desconfiança contra os EUA.

A administração Chávez também diverge da tendência política regional para a institucionalização de políticas internacionais que defendem democracias representativas na região, como a Carta Democrática da OEA. Em seu lugar, tem mostrado exemplos de sua própria “democracia participativa” como uma alternativa superior.<sup>17</sup> A eleição do chileno José Miguel Insulza para Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), com o apoio da Venezuela, é uma vitória para o Presidente Chávez.<sup>18</sup> O Chile tem sido um dos países sul-americanos que mais apóia a democracia representativa e tem demonstrado maior resistência à política externa bolivariana, principalmente depois que Hugo Chávez manifestou sua aprovação para que a Bolívia tivesse acesso ao Oceano Pacífico através da costa chilena. Contudo, a OEA poderá reduzir suas atividades de promover a democracia.

Quanto à defesa e segurança, a Venezuela suspendeu todos os vínculos militares com os EUA e procurou fontes alternativas de conhecimento e equipamento militar no Brasil, China e Rússia. Em virtude do papel fundamental do Exército Venezuelano em apoiar a administração de Chávez, os EUA levam muito a sério a perda desses contatos com os militares. Não resta dúvida de que a Venezuela procura diminuir sua dependência dos EUA em sua política externa e de segurança, bem como desenvolver uma rede alternativa de aliados.<sup>19</sup>

Hoje, o Presidente Chávez se esforça em transmitir eficazmente sua mensagem no âmbito internacional. Como parte desse esforço para aumentar o seu alcance político e de comunicações na região, o governo venezuelano está desenvolvendo uma alternativa regional aos meios de comunicação, a Telesur, à semelhança da CNN norte-americana. Esse meio é considerado um importante mecanismo para reduzir a influência das companhias de comunicação privadas da Venezuela, as quais ele julga

serem ativamente hostis à revolução.<sup>20</sup>

O governo venezuelano também tem apoiado seus simpatizantes em todas as regiões americanas, incluindo os EUA, e nos países desenvolvidos, patrocinando frequentemente os denominados *Círculos Bolivarianos*, locais para reunir seus simpatizantes estrangeiros.<sup>21</sup> Isto tem provocado conflitos com inúmeros países vizinhos, que suspeitam que a administração Chávez apóie grupos políticos que não são completamente leais aos regimes democráticos locais (como no caso da Bolívia) ou que lhes são totalmente desleais (como no caso da Colômbia). Em particular, existem preocupações de que a expansão das rendas petrolíferas venezuelanas, em razão do preço alto do petróleo em 2004 e 2005, será enviada substancialmente na forma de apoio material para as forças que se opõem à ordem democrática atual na Cordilheira Andina, uma região politicamente instável.

A partir da eleição do Presidente Chávez, as relações da Venezuela com a Colômbia e Cuba vêm preocupando as autoridades norte-americanas. A Venezuela sempre manteve relações tensas com a Colômbia, devido a disputas fronteiriças e aos efeitos colaterais decorrentes das múltiplas insurreições violentas nesse país. As tensões pioraram a partir da oposição verbal do Presidente Chávez ao Plano Colômbia.

As acusações colombianas relacionadas ao apoio logístico e moral da Venezuela às FARC foram acolhidas pelas autoridades norte-americanas.<sup>22</sup> Uma das mais evidentes indicações que comprovam até que ponto as relações entre os dois países vizinhos pioraram é o caso do seqüestro em território venezuelano do líder das FARC, Rodrigo Granda, em 2005. O governo colombiano pagou uma recompensa, supostamente para alguns membros das forças de segurança venezuelanas, para que Rodrigo Granda fosse levado para o território colombiano. Esse episódio gerou semanas de tensão entre os dois países e um embargo econômico fronteiro pela Venezuela contra a Colômbia. A mediação do Brasil e de outras potências regionais resolveu o conflito. No entanto, criou-se um sentimento regional desagradável em relação à Colômbia e seu aliado, os EUA.<sup>23</sup>

A Venezuela estabeleceu uma firme aliança com Cuba. O líder cubano, Fidel Castro, é um importante aliado político do Presidente Chávez e Cuba é uma fonte de peritos para apoiar a revolução bolivariana. O afluxo de médicos, educadores, treinadores de esportes e especialistas em segurança de Cuba para a Venezuela ajuda a administração Chávez para satisfazer as exigências de seus principais eleitores. Em particular, os cubanos propiciam elementos politicamente confiáveis para conduzir os novos programas governamentais implementados para atenuarem a pobreza. O programa *Bairro Adentro*, por exemplo, coloca os médicos cubanos em muitos bairros pobres. Em troca deste serviço, os cubanos recebem quase 60.000 barris de petróleo por dia, seja em termos

favoráveis de pagamento ou em forma de comércio em espécie.<sup>24</sup> Em conseqüência da hostilidade existente entre Washington e Havana, a nova aliança entre Caracas e Havana levantou suspeitas entre as autoridades que estabelecem a política externa dos EUA.

## O Ponto Principal

A Venezuela e os EUA nunca tiveram interesses idênticos. Espera-se que haja desavenças, mesmo nesse relacionamento caracterizado historicamente pela interdependência de petróleo. Entretanto, é cada vez mais óbvio que, na política externa bolivariana do Presidente Chávez, os aspectos políticos superam os econômicos. As previsões são de que o Presidente Hugo Chávez con-

*O primeiro e bem-sucedido objetivo da política externa do Presidente Chávez foi revitalizar a OPEP, embora seu governo também tenha se beneficiado com as exigências petrolíferas da China, Índia e do mundo ocidental. Isto representa um retorno à política venezuelana de grande apoio à OPEP na década de 70. O Presidente Chávez entrou em contato com todos os outros membros da OPEP, sem importar suas políticas, assim como também com os regimes menos favoritos de Washington, como a Líbia, o Irã e o Iraque (antes da queda da ditadura de Hussein).*

tinuará causando aborrecimentos prolongados aos EUA, pois provavelmente será reeleito em 2006. Os EUA se encontram em uma situação difícil perante a revolução bolivariana.

Uma política de engajamento, já experimentada pelo governo norte-americano durante os primeiros anos do governo Chávez, não será provavelmente uma boa relação de trabalho, considerando-se os objetivos da política externa atual da Venezuela. Desde 1998, esta Nação tem recusado os esforços norte-americanos de cooperação, mesmo em situações de auxílio humanitário. Contudo, uma política de afrontamento com o governo da Venezuela não será bem acolhida nos âmbitos regional e internacional. A reação internacional ao golpe de estado de 2002 na Venezuela e a reação latino-americana para a crise entre a Colômbia e a Venezuela, devido ao seqüestro do líder FARC, Rodrigo Granda, confirmam esse sentimento. Se Washington insistir em impor sua política diplomática ao Presidente Chávez, este já demonstrou que o resultado seria provavelmente o isolamento de Washington e de seus aliados regionais, não o da Venezuela.

O dilema de Washington não significa que a política

externa bolivariana venha provavelmente obter grandes êxitos. A Venezuela alcançou o objetivo mínimo de sua política exterior, que é a defesa da revolução. Entretanto, o seu papel de líder na América Latina é limitado, e seus esforços para formar instituições alternativas na região fracassaram. O Brasil continua mantendo seu papel de maior líder na América do Sul com suas ambições de longa data.

A Venezuela teve êxito em revitalizar a OPEP, embora a necessidade mundial de energia, no início deste século, provavelmente propiciasse esta oportunidade mesmo sem a liderança do Presidente Chávez. A aliança com Cuba serve mais para fortalecer Chávez na sua própria política interna do que na internacional. Apesar da oposição venezuelana ao Plano Colômbia, o estado colombiano fortaleceu-se e adquiriu mais capacidade para lidar com os insurretos em seu próprio território e, as FARC têm perdido terreno após a eleição de Chávez. As novas alianças venezuelanas com a Rússia e a China provavelmente não produzirão muito, em termos de vantagens militares para o país com relação aos seus vizinhos, principalmente se considerarmos a crescente força da Colômbia. Parece difícil justificar o desenvolvimento de mercados alternativos para as exportações venezuelanas, a não ser por razões políticas, uma vez

que a economia do petróleo muito favorece as relações comerciais entre os EUA e a Venezuela.

A questão final ainda é a mesma: o modelo político da Venezuela seria imitado em outras partes da região? Isso parece improvável por duas razões. A primeira é que a revolução bolivariana não é um modelo coerente de ideologia que pode ser duplicado em outros países, em vez disso, depende mais da personalidade, carisma e dinamismo do Presidente Chávez. A segunda razão é que a revolução bolivariana depende, cada vez mais, da distribuição de grandes quantidades de divisas geradas pelo petróleo para beneficiar os setores políticos e sociais influentes na Venezuela. Os outros países na América Latina não contam com esses tipos de recursos, nem tampouco tiveram muito sucesso na redistribuição da riqueza no passado. Contudo, isso não significa que as fontes de instabilidade política na América Latina, como a miséria, a extrema desigualdade de renda e as péssimas políticas econômicas desaparecerão em breve. Esses fatos podem levar, no futuro, ao surgimento de governos na região (especialmente na região andina, onde a democracia parece ser mais vulnerável) que apoiem alguns elementos da nova política externa da Venezuela, o que causa grande consternação em Washington. **MR**

---

## Referências

1. FORERO, Juan. "US Considers Toughening Stance towards Venezuela," *New York Times*, 26 abr 2005.
2. CARDOZO e HILLMAN, pp. 158-160.
3. ROMERO, Carlos A. 2004, pp.144-146.
4. KART, Terry L. *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petrostates*, Berkeley, Califórnia: The University of California Press, 1997.
5. TUGWELL, Frank. *The Politics of Oil in Venezuela*, Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1975.
6. SILVA, Elsa Cardoso da; HILLMAN, Richard S. "Venezuela: Petroleum, Democratization and International Affairs" Frank O. Mora e Jeanne K. Hey, editores de *Latin American and Caribbean Foreign Policy*, Rowman e Littlefield Publishers, Inc., 2003: pp. 150-152.
7. BARLETTA, Michael; TRINKUNAS, Harold. "Regime Type and Regional Security in Latin America: Towards a 'Balance of Identity' Theory;" in *Balance of Power: Theory and Practice in the 21st Century*. T.V. Paul, James J. Wirtz e Michael Fortmann, editores. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2004: pp. 334-359.
8. TRINKUNAS, Harold A. *Crafting Civilian Control of the Military in Venezuela: A Comparative Perspective*, Chapel Hill, Carolina do Norte: The University of North Carolina Press, 2005 (a ser publicado).
9. *Ibid.*
10. CORTE, Maria Lilibeth da; "Lagos le echó un balde de agua fría a Rice." Disponível em: [http://www.eluniversal.com/2005/04/30/pol\\_art\\_30108AA.shtml](http://www.eluniversal.com/2005/04/30/pol_art_30108AA.shtml) Acessado em 30 abr 2005.
11. ROHTER, Larry. "With New Chief, Uruguay Veers Left in Latin Pattern." *New York Times*, 1º mar 2005.
12. Vale destacar que nenhum destes instantes provocou a distância que vemos atualmente nas relações entre os EUA e a Venezuela, ademais em todos os três casos a Venezuela não apoiava a política norte-americana. KELLY, Janet; ROMERO, Carlos A. *The United States and Venezuela: Rethinking a Relationship*. Nova York: Routledge, 2002. pp. 96-108.
13. *Ibid.*
14. CARDOSO e HILLMAN, *Op. Cit.*
15. SHORE, Joanne; HACKWORTH, John. "Impacts of the Venezuelan Crude Oil Production Loss." Energy Information Administration, Department of Energy, 2003. BOUE, Juan Carlos. "PDVSA's Refinery Acquisition Program: A Shareholder's Perspective." *Middle East Economic Survey XLVII* número 47 (22 nov 2004).
16. "Chávez: Venezuela no está interesada en tratado de libre comercio con EE.UU." *El Universal*, 12 jul 2004.
17. ROMERO, Carlos A. 2004, p. 143.
18. BRINKLEY, Joel; ROHTER, Larry "Chilean, Once Opposed by U.S., is Elected Head of OAS," *New York Times*, 3 maio 2005.
19. FORERO, Juan; ELLSWORTH, Brian "Arms Buying by Venezuela Worries U.S." *New York Times*, 15 de fevereiro de 2005. "Venezuela Ends Military Ties and Evicts Some U.S. Officers;" *New York Times*, 25 abril 2005. PEÑALOZA, Pedro Pablo. "No aceptamos críticas a reequipamiento de la FAM" *El Universal*, 28 abr 2005.
20. FLETCHER, Pascal. "Chávez TV Channel Aims to be Latin American Voice," *Reuters*, 12 abr 2005.
21. OCANDO, Castro "Redes chapistas penetran en EE.UU." *El Nuevo Herald*, 12 mar 2005.
22. TRINKUNAS 2005.
23. "Brasil facilitará diálogo entre Venezuela e Colombia por crisis;" *El Universal*, 19 jan 2003. Disponível em: [http://buscador.eluniversal.com/2005/01/19/pol\\_ava\\_23A525919.shtml](http://buscador.eluniversal.com/2005/01/19/pol_ava_23A525919.shtml) em acessado em: 29 abr 2005.
24. TRINKUNAS 2005.

---

*O Dr. Harold A. Trinkunas é professor assistente no Departamento de Assuntos de Segurança Nacional na Escola Naval de Pós-graduação, Faculdade de Estudos Internacionais no nível de pós graduação em Monterey, Califórnia. Possui os títulos de Bacharel pela University of Pennsylvania, o de Mestre e Doutorado pela Stanford University.*